

5

Análise dos resultados

O PROJÓVEM, em sua formulação, é um programa que defende ações voltadas para a cidadania, a participação e o protagonismo juvenil. São novos conceitos nunca antes aplicados numa política nacional. De maneira ampla, esta análise objetivou lançar um olhar para estas mudanças que diferem dos antigos modelos de política social que eram voltados à vigilância ao controle e a tutela.

Esta análise prioriza a escuta ao jovem, seu maior interessado. Buscamos compreender se o PROJÓVEM contempla as expectativas dos jovens participantes elevando-os à condição de cidadãos de direitos conforme promulgado pela Constituição Federal de 1988. Em outras palavras, queremos entender como o PROJÓVEM está contribuindo ou não na ampliação das oportunidades aos jovens e saber de que forma estes novos conceitos atrelados a esta política estão sendo vividos na prática. De forma mais específica, queremos entender o que jovem pensa desta ação do governo e que demandas suas ela vem atender.

As categorias analíticas escolhidas para análise são: Juventude, Participação e Direitos. Através das análises das entrevistas outras categorias se mostraram relevantes. Entre as categorias empíricas surgidas durante o processo da pesquisa, destacamos: condição juvenil, motivações, expectativas e sonhos.

A análise está dividida em três tópicos. No primeiro, analisamos as percepções dos jovens sobre sua condição juvenil e sua percepção da juventude atual. Dentro do tema aparecem questões como o momento em que se deixa de ser jovem e quais as vantagens e desvantagens deste período da vida.

No segundo tópico analisamos a participação e os direitos da juventude através das suas motivações, expectativas e sonhos que os levaram a se inscreverem no PROJÓVEM.

No terceiro tópico, apresentamos a percepção dos coordenadores sobre o PROJÓVEM.

5.1

Juventude e condição juvenil: vantagens e desvantagens

Para além das definições de juventude (conceitos e cortes cronológicos), este capítulo pretende trazer a visão dos jovens entrevistados sobre sua condição juvenil, ou seja, a visão que eles têm sobre este momento pelo qual estão passando e se esta percepção se contrapõe ou não com o que encontramos na literatura sobre o tema.

É senso comum a idéia de que, entre outras coisas, a juventude é o melhor período da vida, que seria bom não envelhecer e que só há vantagens em ser jovem. Por outro lado, a juventude também é vista como um período de incertezas quanto ao futuro. Pensando nisso, perguntamos aos jovens o que pensam desta etapa da vida, com que idade que se é jovem e quais as vantagens e desvantagens deste período.

Em contraste com dados de outra pesquisa sobre juventude⁵⁰, nas respostas dos entrevistados sobre as vantagens em ser jovem, não predomina, a condição volátil deste segmento, a liberdade e a não-responsabilidade.

Se não exaltam a juventude como um período de liberdade, os jovens entrevistados a percebem como um momento de transição para uma época em que deve predominar a responsabilidade. Este momento de transição, segundo pensam, culmina com o reconhecimento da identidade adulta. Para a maioria dos entrevistados, este reconhecimento se dá com a obtenção dos documentos de identidade, com o direito ao voto⁵¹ e culmina com a entrada no mercado de trabalho como expressa a fala a seguir:

Quando você passa a ser jovem você começa a obter responsabilidades. Para mim depois dos 16 e 17 que é a hora em que você já vota, que você já tem que tirar os documentos que são precisos para sobreviver na sua vida. Então já começa a ter uma responsabilidade maior, você já vira um jovem, já com a cabeça mais feita virada para o mundo e você começa a obter responsabilidades [...] (Rapaz, 20 anos, solteiro, sem filhos. Mora com os pais em uma comunidade no subúrbio. Não trabalha fora atualmente).

⁵⁰ Na pesquisa Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma Pesquisa Nacional (2005), 45% dos jovens participantes responderam que as melhores coisas em ser jovem é não ter preocupação/responsabilidades e 40% disse que é aproveitar a vida/viver com alegria.

⁵¹ A legislação brasileira permite ao jovem votar aos 16 anos. Antes de um compromisso cívico, o voto aos até antes dos 18 anos, é um direito e um exercício democrático aonde a decisão de votar ou não cabe ao próprio jovem. A partir dos 18 anos o voto torna-se obrigatório e desta forma, é um direito e uma obrigação. Quando um cidadão brasileiro não comparece as urnas no período eleitoral para exercer seu direito ao voto, ele pode sofrer sanções como, por exemplo, ter o seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) cancelado.

Deixar a condição infanto-juvenil, para a maioria dos entrevistados, não é nenhum sacrifício. Talvez porque esta época não tenha sido marcada por vantagens, os jovens não vêem como um problema fazer a transição para o mundo adulto. No entanto, este momento não passa despercebido para eles. Eles o percebem como um momento de rupturas de uma condição insatisfatória, para um período de responsabilidades consigo e com o mundo.

Mesmo que a condição infanto-juvenil, vivida pelo jovem tenha sido adversa, o novo momento é vivenciado com esperança e otimismo, mas também com desesperança e incertezas. Os jovens têm expectativas de que serão beneficiados com maiores oportunidades que acreditam serem oferecidas a este segmento, mas manifestam seu medo de não alcançá-las. É o que Novaes (2003) denomina de “medo de sobrar” e que, segundo a autora, está relacionado, principalmente, à inserção no mundo do trabalho (NOVAES, 2002, p.140).

Esta constatação nos faz pensar que não dá para generalizar a satisfação pela condição juvenil. Se de um lado existe um contingente enorme de pessoas que estão vivenciando este momento com alegria, esperança e satisfação, de outro, existem outras pessoas para quem este período da vida pode ser marcado pela falta, pelas incertezas e pela desesperança. Mesmo que seus sonhos sejam semelhantes, para uns sonhar é acreditar, enquanto para outros é apenas um desejo distante. Neste sentido, concordamos com Bordieu (1983), quando diz que “Juventude é apenas uma palavra”. Na singularidade da palavra descrita pelo autor encontra-se um universo de seres humanos com questões semelhantes, mas com realidades diferentes, ou ainda “sonhos paralelos e mundos diferentes”⁵².

Este resultado confirma a juventude como uma categoria multifacetada que é influenciada pela realidade social (condições de vida) em que desigualdades, como diferenças de classe social, cultura e região, mostram que não é possível traçar um único perfil da juventude como assinala Regina Novaes (2003, p.121-22):

⁵² Referência à pesquisa que deu origem ao vídeo *Sonhos Paralelos Mundos Diferentes*, produzido pelo Ciespi e Instituto Promundo em parceria com o Instituto C&A. O vídeo percorre três localidades da cidade do Rio de Janeiro e um dos destaques é a fala dos jovens em relação aos seus sonhos e perspectivas. Apesar de viverem em “mundos diferentes”, alguns em comunidades pobres e outros em um condomínio de classe média na zona sul do Rio de Janeiro, é possível identificar que seus sonhos para o futuro são “paralelos”.

Circunscrevendo o olhar ao nosso tempo e à cultura existem grupos de segmentos juvenis organizados que podem falar por parcelas da juventude, mas nenhum deles tem a delegação de falar por todos aqueles que fazem parte da mesma faixa etária. Pesquisadores, pais ou “responsáveis” também podem falar por eles. Mas, afinal quem são eles? [...]. Com efeito, qualquer que seja a “faixa etária” estabelecida, jovens da mesma idade vão sempre viver juventudes diferentes.

Em relação às desvantagens em ser jovem, o que mais incomoda os entrevistados são os estigmas e preconceitos ao qual estão expostos. Além disso, outros fatores como violência e drogas, falta de recursos materiais e oportunidades, a espera de que alguma coisa aconteça, são vistos como desvantagem pelos jovens.

O contexto de realidade do jovem aparece traduzido por estigmas, preconceitos e violência ao qual estão expostos. A discriminação e o preconceito em relação a sua condição social (local de moradia, aparência física, formação escolar) é, segundo os jovens, o fator de maior desvantagem na sua condição juvenil. Para eles, morar em favelas, ser feio ou negro e não ter concluído os estudos, são os fatores que dificultam ou excluem totalmente suas possibilidades de conseguir um trabalho no mercado formal. Na percepção dos jovens, essas dificuldades abalam suas chances perante a sociedade, que os vê apenas como mais um numa multidão.

Os preconceitos e estigmas enfrentados pelos jovens fazem parte dos critérios de diferenciação de classes observados em nossa sociedade e que determinam o processo de inclusão ou exclusão no sistema. Segundo Novaes (2003), “Ao preconceito e discriminação de classe, gênero e cor, adiciona-se o preconceito e a ‘discriminação por endereço’” (NOVAES, 2003, p. 122).

Os jovens expressam como percebem a visão da sociedade sobre si e que, segundo pensam, é de descrença em suas potencialidades. Um exemplo dessa percepção foi descrito por outro jovem:

Eu acho que eles devem achar que o jovem não tem responsabilidade. De repente até pegaram algum jovem que não deu certo e agora acham que todos vão ser iguais (Rapaz, 22 anos, solteiro, sem filhos. Mora com os pais no centro da cidade. Não mora em comunidade. Trabalha fora. Não revelou a ocupação).

Alguns jovens acreditam que só o fato de ser jovem já representa uma dificuldade. Mencionam que como jovens eles não são ouvidos mesmo que tenham assumido responsabilidades desde cedo, e que, são vistos como alguém a quem não se deva dar crédito.

A desvantagem é o que eu te falei, é a da sociedade na rua que pensa que é novo e garotão e tá fazendo merda, não sei o quê, por ser jovem (Rapaz, 23 anos, casado, pai de um filho de 10 meses. Mora com a esposa nos fundos da casa do sogro em uma comunidade no subúrbio. Não trabalha atualmente).

O relato do jovem nos remete não só ao pouco investimento que se faz na juventude brasileira como também ao contexto da realidade em que vivem que é marcado pela adversidade e pela violência. Nem todos os jovens são vistos da forma descrita por ele, mas a imagem da juventude pobre, parece ser ainda aquela que foi construída ao longo da história do nosso país, ou seja, de uma população de risco que precisa ser contida.

No Rio de Janeiro, esta visão da realidade ainda é muito presente. Fenômenos como a violência ainda estão muito ligados à idéia de pobreza. A mídia não favorece nenhuma mudança desse olhar, pelo contrário, o que costumamos ver nos meios de comunicação é, na maioria das vezes, a violência e o tráfico de drogas ligados aos pobres, aos desempregados, percebidos como ociosos e vagabundos.

Diante desse olhar a violência é percebida de fora das comunidades onde vivem esses jovens. É como se existissem duas cidades; uma maravilhosa dos homens bons e empreendedores e outra marginal dos bandidos e dos vagabundos.

Nessa visão, carregada de juízo de valor, a pobreza simboliza o perigo, o câncer social e precisa ser contida. A classe mais abastada, por sua vez, é composta pelos homens de bem que querem fazer o país crescer, mas que se deparam cotidianamente com os problemas causados por essa população.

Um exemplo dessa visão simbólica da violência no Brasil é o recente debate que vem ganhando força na mídia e nos meios acadêmicos brasileiros sobre o filme *Turistas* que estreou em dezembro nos Estados Unidos.

O filme conta a história de seis jovens que viajam de férias ao Brasil. Assim que chegam são drogados, assaltados, torturados e seus órgãos são roubados e vendidos ao mercado negro dos transplantes.

O filme *Turistas* tem suscitado debates calorosos na mídia promovidos principalmente, pela indústria do turismo que vê na sua repercussão um forte retrocesso na economia movimentada pelo turismo estrangeiro e na imagem que o Brasil construiu no exterior. Em referência à imagem que o país construiu em outros países sabemos que é paradoxal. De um lado temos o Brasil das mulheres bonitas, da natureza paradisíaca, das riquezas naturais e culturais. De outro, o país visto através dos dados estatísticos de estudos sobre a violência, sobre a miséria e a fome, sobre a exploração de crianças e adolescentes, e ainda da impunidade. Um exemplo desta imagem negativa é a frase de chamada para o filme que diz: "Num país onde vale tudo, tudo pode acontecer".

A violência no Brasil segundo o antropólogo Roberto da Matta e o sociólogo Sérgio Adorno, é vista como forma de hierarquizar posições do exercício do poder através do uso da força ou da posição social e ainda é muito utilizada como solução de problemas para se fazer cumprir regras e normas. Adorno caracteriza a violência como endêmica em nossa sociedade e defende a idéia de que ela persistiu ao longo da história brasileira e que, não só sobreviveu a regimes políticos, como aumentou. Nas palavras do autor:

Sob a perspectiva sociológica, explicar a persistência desses fatos requer considerar, entre outros aspectos, a assimetria entre direitos políticos e direitos sociais, a ausência de mediações institucionais, políticas e públicas, capazes de assegurar a pacificação da sociedade, bem como as características da cultura política dominante que acenam no sentido de um 'autoritarismo socialmente implantado' (ADORNO, 1995, p. 299).

Esta visão sociológica da violência perpassa pela visão da realidade social. No Brasil, parece existir uma realidade que não é vista ou é negada pela maioria dos brasileiros. Realidade social no Brasil parece ser vista de dentro para fora, ou seja, é visto apenas o que está no entorno e, introjetado como negativo qualquer coisa que atrapalhe a realidade no sentido de proporcionar menos prazer.

Neste sentido, as favelas são vistas como pontos de angústia e incômodo. As crianças de rua e os mendigos são vistos como fazendo parte de um mundo que não é nosso e que

não desejamos compartilhar. Com isso a violência passa a ser contida na mera ilusão das “grades de ouro”⁵³. Assim, vimos crescer cada vez mais condomínios fechados, onde se criam mundos à parte e onde a realidade é limitada aos lugares de lazer e conforto.

Esta realidade apresenta o Brasil como um país dividido no qual os mais afetados são os pobres, principalmente os jovens. A estes ficam as sobras, as políticas públicas de contenção e de controle da ordem estabelecida.

A violência no país passa pela questão social e pela realidade a qual o jovem está inserido e pela qual, conseqüentemente, é atingido. Um exemplo disso é o crescente aumento de óbitos violentos entre os jovens. Só na cidade do Rio de Janeiro foram registrados 2.259 óbitos nestas condições (IBGE, 2003). Este fenômeno leva a preocupações de ordem demográfica até implicações sociais e econômicas.

Quando o jovem fala da desvantagem que percebe em ser jovem ele parece ver sua imagem ligada à imagem de outros jovens, pobres como ele, que praticaram atos violentos contra a sociedade. Sua percepção, como conseqüência, remete a todos os outros jovens que, como ele estão sob olhar da sociedade sempre com a possibilidade de estar na iminência de fazer “merda”, conforme afirmou o jovem entrevistado.

Mas, a percepção deste jovem sobre a realidade não consegue transpor o seu entorno. Como as classes mais abastadas, seu olhar é de dentro para fora; talvez, com a inegável desvantagem social, sua visão limitada a seu mundo não seja por uma escolha e sim por uma negação de outra realidade. Afinal, como é possível entender para além do que se vive se não tem acesso a esse além?

As desvantagens explicitadas nas falas dos jovens denotam muitas dificuldades enfrentadas no seu cotidiano. Além das adversidades que se apresentam pela situação sócio-econômica e pela violência concreta, a qual estão expostos, há o fator da violência simbólica e quanto a este tipo de situação não se pode prever os danos.

Não se sentir aceito pela sociedade, pela sua aparência, cor da pele, condição de moradia, nível educacional e situação sócio-econômica, pode produzir, no jovem, sentimentos de vergonha e culpa. De acordo com Giddens “a vergonha e a confiança estão intimamente ligados entre si, uma vez que uma experiência de vergonha pode ameaçar ou destruir a confiança”. Em relação à culpa o autor diz que “é a ansiedade produzida pelo

⁵³ Referência aos condomínios fechados presentes nas grandes metrópoles como o Rio de Janeiro.

temor da transgressão - onde os pensamentos ou atividades do indivíduo não equivalem ao tipo normativo”. Neste sentido, os sentimentos de “vergonha” e “culpa” podem atingir diretamente a auto-estima do jovem que, abalado pela não aceitação de si, pode recuar e até desistir. (Giddens, 2002, pp. 65-66).

Juventude: uma questão de imagem

Na percepção sobre sua condição juvenil, além da imagem da violência remetida a eles, e percebida como um fator de desvantagem, vale destacar a questão da imagem ligada à aparência.

Além do preconceito a determinados aspectos da aparência (cor da pele⁵⁴, vestimenta), há um modelo de beleza imposto pela indústria do consumo da imagem. Neste modelo, quem não tem cabelos bem tratados (lisos, brilhosos, com corte da moda), ou uma pele bonita (sem manchas nem acne), ou traços do rosto finos (nariz e queixo perfeitos), ou ainda o corpo desejável (em forma), parece estar em desvantagem. É como se todos esses atributos físicos devessem seguir um padrão de beleza e seu alcance dependeria exclusivamente de cada um.

No Brasil, cresce a cada dia a procura por cirurgias plásticas, lipoaspirações e outros tratamentos que permitem mudar a imagem e ficar mais jovem e belo. Nesta percepção, a beleza pode ser um fator de vantagem que a imagem pode “abrir portas”. Segundo dados da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, o Brasil é o segundo país do mundo em termos de demanda por este tipo de cirurgia perdendo apenas para os Estados Unidos.⁵⁵

Estes tipos de necessidades e padrões de beleza estipulados pela sociedade atingem a todos, inclusive os jovens. Não se vestir com as roupas da moda, não ter uma pele bonita e bem tratada, um corpo “sarado”, são fatores que fazem com que o jovem se perceba, muitas vezes, como fora dos padrões culturais da sociedade.

⁵⁴ A questão da cor é recorrente entre pesquisas sobre jovens pobres. Em pesquisa desenvolvida na cidade de Salvador e no Rio de Janeiro, Lívio Sansone (2002) aponta que em ambas as localidades aparecem estes pontos na fala dos jovens como fator de desvantagem da sua condição juvenil: “Tanto na fala dos entrevistados como na realidade por mim observada durante o trabalho de campo, ser negro é claramente uma desvantagem [...]” p.166.

⁵⁵ Segundo dados de reportagem da Folhaonline de 16/03/2006, a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica informou que em 2004 foram realizadas 617 mil cirurgias, 60% delas para fins estéticos. Dados extraídos da página: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u4102.shtml>

Neste sentido, a beleza está ligada também ao que é bom e aceitável. Essa imagem da beleza como promoção de virtudes é alimentada também pela mídia. Basta olhar a quantidade de revistas e programas televisivos que tratam da vida de celebridades brasileiras e estrangeiras. Pessoas que, muitas vezes por sua imagem e não por talento, saem da condição de anonimato para um mundo de oportunidades e vantagens. Nesse mundo vale tudo para aparecer, pois estar em evidência significa assinar contratos publicitários e, conseqüentemente, ganhar dinheiro. Para o jovem, essa seria mais uma forma ou um ideal de ser que o levaria a uma promoção social.

O exemplo passado através do consumo da imagem promove a sensação do tudo é possível e permitido quando se é bonito e rico. Um exemplo disso é a repercussão de casos de celebridades que, por irresponsabilidade, transgrediram regras e leis, mas que foram absolvidas pela sociedade por terem dinheiro e por serem bonitos e bem sucedidos. Neste sentido, ter dinheiro e fama também significa estar isento de punições legais e sociais.

O descontentamento com sua imagem pode ser um fator a mais a contribuir na baixa-estima e tende a se misturar a sentimentos de impossibilidade. É como se dependesse apenas do jovem se utilizar das facilidades oferecidas pelo comércio do consumo da imagem. Pode-se melhorar cabelos e pele com tratamentos caros. Pode-se ter um corpo esbelto e sarado, mas para isso é preciso dinheiro. Ao jovem em situação de pobreza e extrema pobreza estes são fatores geradores de angústia e muitas vezes de revolta. Baseados em modelos e estereótipos criados pela cultura da beleza, os jovens que não se encaixam nesse perfil se percebem como feios ou até “velhos” como na fala a seguir:

Não tenho perspectiva quanto até que idade se é jovem. Eu conheço mulheres que aos 60 anos se mantêm saudáveis. Ser jovem é saúde, aparência, o jeito da pessoa. Se ela tem vontade de ser, porque a pessoa que se entrega para a idade aí a tendência é ela...Eu to numa idade assim. Tem muita gente que fala que eu sou velho. Muita gente fala isso para mim, que a minha aparência é uma aparência de velho (Rapaz, 24 anos, solteiro, pai de um filho de 6 anos. Mora com os pais na Baixada Fluminense. Não trabalha atualmente).

De acordo com Ladeira (2001), “Na contemporaneidade, as mulheres e os homens não são solicitados a escolher, mas a incorporar opções, vivendo a internacionalização de

padrões econômicos, sociais, culturais, apontando também, como parâmetros aceitáveis para o corpo, a reprodução de valores, que cria imagens, estereótipos do corpo imagético” (LADEIRA, 2001, p.15).

Talvez, essa cultura do consumo, seja um incentivo que leva muitos jovens a ingressar no tráfico de drogas para assim perceber-se como inserido dentro de um sistema de promoção social. O risco de ser preso ou de morrer parece pequeno se comparado ao suporte oferecido pelos traficantes, suporte de inserção ao mundo do consumo e de estrutura social como apoio às famílias através de ajuda as suas necessidades básicas. Neste sentido, percebemos que o apoio social falhou e com isso abriu espaço para outras formas de proteção.

A discussão sobre a inserção dos jovens no tráfico de drogas é complexa e não é nosso objetivo analisá-la. A questão é trazida aqui como forma de ilustrar a realidade vivida pelos jovens participantes da pesquisa que moram em favelas dominadas pelo tráfico e onde este, acaba, muitas vezes, por se apresentar como uma alternativa ao desemprego ocupando assim a lacuna deixada pela ausência de políticas públicas.

Apesar do tráfico estar tão presente em suas vidas, na fala de uma das jovens aparece como uma alternativa negativa para as dificuldades enfrentadas em seu cotidiano.

Às vezes o meio de trabalho é o próprio tráfico também que eles traficam. O apoio eu acho que viria dos governos mesmo, da Associação de Moradores onde a gente mora que acho que não fazem muita coisa né? São poucas coisas que eles fazem e se interessam. Tem muita gente com problemas de saúde, muitos jovens estão doentes (Moça, 19 anos, solteira, sem filhos. Mora com a mãe no centro da cidade. Não trabalha atualmente).

Outro ponto na percepção dos jovens visto como desvantagem para a juventude é a sensação de espera em que o tempo é fator determinante para que as coisas aconteçam.

Desvantagem é ter que esperar tudo. Na vida se não tiver paciência para esperar alguma coisa fica difícil. Hoje em dia tudo é difícil; tudo tem que esperar e isso é uma desvantagem para muitos jovens. Esperar tudo. Não sei como responder, tudo está para acontecer [...] (Moça, 23 anos, solteira, mãe de 2 filhos com

idades entre 2 a 5 anos. Mora com os pais em uma comunidade no subúrbio. Não trabalha atualmente).

Esta espera mencionada pela jovem não está relacionada ao que Erikson denominou de moratória social, conforme descrito no primeiro capítulo. Na descrição deste autor, a sociedade concede um tempo ao jovem para que ele se prepare para a vida adulta. A jovem refere-se à falta de oportunidades. Portanto, quando se trata do jovem inserido em um contexto de pobreza, a moratória social descrita por Erikson não se configura como um tempo de conclusão dos estudos de estruturação da carreira, mas sim como um tempo de angústias e dúvidas sobre a realização de desejos e sonhos.

O jovem, fala do seu lugar de excluído de um sistema social que tem, ou deveria ter, como objetivo dar suporte à formação dos cidadãos. A escola é um meio para a realização de objetivos e sonhos que advém com o mundo adulto. Sem a formação necessária, resta ao jovem buscar alternativas que, na maioria das vezes, servem apenas para manter a perpetuação da sua condição.

A palavra esperar denota também expectativa de algo que está para acontecer e se existe a expectativa houve um estágio anterior a ela onde algo foi desejado. Neste sentido, a espera a qual se refere a jovem também pode estar ligada a expectativas de resoluções externas para o seu problema.

A percepção dos jovens sobre a juventude brasileira

Perguntamos aos jovens participantes o que pensam da juventude brasileira. As questões formuladas tiveram como objetivo conhecer suas percepções sobre a juventude na atualidade, suas expectativas e sonhos para o futuro.

Dentre os jovens entrevistados, a maioria avalia a juventude brasileira de forma negativa. No entanto, suas percepções passam por dois planos, o pessoal e o coletivo. A negatividade refere-se ao plano pessoal, ou seja, o que depende da iniciativa e determinação de cada um. No plano coletivo suas percepções são otimistas.

Diante das percepções dos jovens sobre sua condição juvenil e a juventude atual, entendemos que ao entrar no PROJOVEM eles vislumbram algumas expectativas. Para eles, essas expectativas não virão do nada, pois ao fazer sua inscrição e frequentar o

programa estão agindo no sentido da busca de algo que desejam para si, algo que pensaram anteriormente. A espera, no sentido real, gera expectativas que poderão ser ou não atendidas ao término do Programa.

Ainda em relação a como percebem a juventude e o que é ser jovem, alguns jovens entrevistados responderam que não se consideram mais jovens. Esta percepção não passa apenas pela imagem, como foi abordado no tópico anterior. A análise aqui é mais profunda e apresenta dados da realidade dos jovens entrevistados, desejos e sonhos não concretizados, enfim uma coletânea de subjetividades.

Talvez a percepção de uma juventude “envelhecida” tenha a ver com as reponsabilidades que assumiram desde cedo. A maioria dos jovens assumiu desde cedo sua parcela de responsabilidades com a família. Entre as tarefas executadas pelos jovens desde a infância estão os cuidados com irmãos mais novos e ainda trabalhar fora fazendo “bicos” para ajudar no orçamento doméstico. Pode ser que esta realidade seja um fator de motivação e desejo que leva o jovem a assumir sua própria família que se inicia pela maternidade e paternidade precoce para muitos deles desde cedo.

Hoje em dia tem criança que tem 13 anos e já não é mais criança. Eu acho que a partir do momento que teve filho já não é mais criança, é jovem. O adulto é a partir de 16, 17 anos porque a partir dessa idade a cobrança já é muita. Então a gente tem que largar tudo e crescer, ser realmente adulto (Moça, 26 anos, casada, mãe de um filho de 4 anos, mora com o marido em uma comunidade na zonal sul. Não trabalha atualmente).

O que a jovem expressa é que com a maternidade/paternidade precoce, os jovens passam a assumir responsabilidades da condição de adulto mesmo que em idade ainda seja visto como jovem. A maternidade precoce é observada com mais frequência nas camadas mais pobres da sociedade. Em 2003, na região metropolitana do Rio de Janeiro, a taxa de fecundidade entre meninas com idade entre 15 e 19 anos era 18 vezes maior do que o observado entre as meninas ricas e pode estar ligada ao desejo de inserção ao mundo adulto (INSTITUTO DESIDERATA E IETS, 2006).

No plano pessoal, a responsabilidade pela situação do jovem é vista pela sua personalidade e não pelas contingências da realidade. Os jovens participantes percebem a

juventude brasileira como um segmento que não “corre atrás” de oportunidades e acaba se acomodando como reflete a fala a seguir:

Eu não sei. Ah, que o jovem tem mais é que se unir, correr atrás dos seus objetivos. Não é só pensar em “Ah, hoje eu vou fazer”. É tudo hoje. Tem que pensar no futuro. [...] Na minha época se alguém falasse assim comigo: Faz seus estudos e depois você vai ver outras coisas. Hoje eu recomendo pra quem tá aí com 20, 21 anos, não vai viver nada fora, extra estudo. Vai procurar os seus objetivos escolares. Vai estudar, se formar. Pra depois chegar lá na frente e dizer eu fiz isso, eu adquiri bastante conhecimento (Moça, 24 anos, solteira, mãe de três filhos com idade entre 1 a 4 anos. Mora com os pais em uma comunidade no subúrbio. Não trabalha fora atualmente).

No coletivo, a mesma jovem menciona a falta de oportunidades que são oferecidas aos jovens e responsabiliza o Estado pela situação de adversidade em que vive. As oportunidades ao qual se refere a jovem dizem respeito a políticas públicas de educação e inserção no mercado de trabalho:

Eu acho que a juventude brasileira falta mais incentivo para os jovens voltarem a estudar e também procurar uma profissão. Falta apoio também. Na nossa comunidade, onde a gente mora falta bastante apoio. Apoio para o jovem estar se interessando no estudo, em fazer alguma coisa para que isso não venha acontecer o que acontece, eles estarem se drogando e vivendo no mundo das drogas, não querem saber de trabalhar.

Por outro lado, em relação ao futuro da juventude brasileira, os jovens mostram-se otimistas e acreditam que o quadro atual pode mudar desde que recebam: incentivo, apoio, investimento em conhecimento e segurança. A análise aqui não passa pela questão pessoal e sim pelo coletivo. Os componentes para a mudança são vistos como de responsabilidade do Estado através da educação e de políticas públicas de promoção social.

5.2

Direito e participação: motivações e expectativas

As perguntas sobre participação, a princípio, foram entendidas pelos participantes como forma de participação no PROJOVEM. Neste sentido, a maioria dos jovens

respondeu que assiste as aulas cumprindo horários e fazendo as tarefas passadas em aula. Alguns jovens disseram participar de uma maneira geral, dando idéias e participando de reuniões.

Outras perguntas visavam obter a percepção do jovem sobre participação. Após falar livremente sobre sua participação no PROJOVEM foi perguntado ao jovem sobre sua participação em outros espaços. Por último, perguntamos ao jovem sobre a participação cidadã (se já tinha ouvido falar, se conhecia e como percebia). As respostas obtidas foram divididas. Alguns jovens disseram não saber o que é participação cidadã e até nunca ter ouvido falar. Porém, metade dos jovens entrevistados demonstraram estar atentos com o assunto.

As percepções dos jovens sobre participação cidadã são descritas como: a oportunidade de debater com políticos; a comunicação de idéias; à ajuda aos necessitados; estar interado com o que acontece na comunidade e ainda participar da sociedade e do que acontece nela. O PLA⁵⁶ também foi citado como exemplo de participação cidadã na comunidade.

Com exceção de um jovem entrevistado, a maioria destaca as amizades conquistadas durante o curso do Programa como um fator positivo de mudanças. O grupo diz ter tomado gosto pelos estudos; ter adquirido mais esperança e expectativas em relação a futuros projetos de vida; aprendido a comunicar-se melhor; a oportunidade de conhecer museus e outros atrativos do Rio de Janeiro que não teriam conhecido se não estivesse no projeto.

Pedimos aos jovens que descrevessem sua relação com os técnicos, professores e coordenadores do PROJOVEM. Dos doze jovens entrevistados, oito deles disseram ser boa ou ótima, o restante optou por não responder.

A percepção positiva dos jovens em relação às amizades e à boa relação com os técnicos, mostra um saldo positivo do Programa como espaço de promoção e socialização. Entendemos que neste sentido o Programa gera a sensação de pertencimento e de troca, componentes essenciais à participação.

⁵⁶ Plano de Ação Comunitária. A descrição detalhada do PLA, encontra-se no capítulo um desta dissertação, no tópico sobre o PROJOVEM.

Com a intenção de conhecer os sonhos dos jovens formulamos algumas questões. Os sonhos dos jovens, como veremos nesta análise, podem nos dar pistas da sua motivação para ingressar no PROJOVEM como mostram as respostas.

Os sonhos dos jovens participantes nesta pesquisa passam pela conclusão dos estudos, pelo desejo e necessidade de conseguir um emprego com carteira assinada e pela conquista da casa própria.

Perguntamos aos jovens como haviam tomado conhecimento do PROJOVEM. Metade dos entrevistados tomou conhecimento do Programa através do sistema de rádio; cinco deles obtiveram as informações através de propaganda televisiva e somente um obteve informação através de um centro de cidadania do município, lugar que, segundo ele, costumava ir regularmente em busca de projetos e oportunidades.

Motivações e expectativas à participação no PROJOVEM

Ao analisarmos as motivações que levaram os jovens a ingressar no PROJOVEM, entramos no universo subjetivo onde aparecem seus sonhos e suas expectativas de vida. Entendemos que as percepções sobre as escolhas e sonhos dos jovens participantes da pesquisa são importantes por mostrarem que a sua entrada em um Programa social não se dá de forma aleatória e está ligada ao processo de busca de mudança de sua realidade.

Baseados na análise de Anthony Giddens na qual a motivação é entendida como “razões para a ação”, podemos dizer que a entrada do jovem no PROJOVEM não se deu aleatoriamente e que situações e fatos o levaram a seguir este caminho. Neste tópico procuramos perceber através das falas dos jovens entrevistados os motivos que os levaram a esta ação (GIDDENS, 2002, p. 64).

As expectativas e objetivos foram analisados com a intenção de confirmar ou não as escolhas e sonhos trazidos pelos jovens. A idéia é entender até que ponto a sua entrada em um programa social tem como base um projeto para o futuro.

Entendemos que o sonho remete ao imaginário e não ao que é real e pragmático. Mas, também pensamos que sonhar permite ao ser humano transpor as adversidades da realidade que o cerca. Neste sentido, o sonho se torna algo da ordem da imaginação, do

pensamento e da liberdade individual. Isto não quer dizer que o sonho não possa se realizar, mas é alguma coisa que, conforme foi dito, se projeta para além da realidade.

É possível, através das falas, perceber que, mesmo diante das adversidades as quais estão expostos os jovens se permitem sonhar. Seus sonhos são comuns a qualquer jovem da atualidade e, de maneira geral, não apresentariam grandes dificuldades para a sua realização se fossem os sonhos das classes mais abastadas. Mas, em se tratando da realidade ao qual estão inseridos tornam-se muito difíceis de serem concretizados. É o que constamos nos exemplos a seguir:

Meu sonho é fazer faculdade de medicina e ser pediatra (Moça, 19 anos, solteira, três filhos com idades entre 1 a 4 anos. Mora nos fundos da casa da mãe em uma comunidade no subúrbio. Não trabalha atualmente).

Meu sonho é ser médico. Por isso que eu entrei no PROJOVEM, para acabar os estudos e poder entrar no segundo grau e fazer um pré-vestibular (Rapaz, 22 anos, solteiro, sem filhos. Mora com os pais no centro. Não mora em comunidade. Trabalha fora. Não revelou a ocupação).

Meu sonho passa pelo emprego. Eu penso também, gostaria muito de terminar meus estudos só que o emprego no momento é muito importante (Moça, 24 anos, solteira, mãe de 3 filhos com idades entre 1 a 4 anos. Mora com os pais em uma comunidade no subúrbio. Não trabalha atualmente).

Quando analisamos as respostas dos jovens em relação aos seus sonhos e dizemos que são difíceis de concretizarem não queremos dizer que sejam impossíveis e nem tampouco temos intenção de negar as potencialidades dos jovens entrevistados. No entanto, dados da realidade social como os que foram mostrados no capítulo um nos fazem perceber a distância entre a realidade e os sonhos sonhados.

Em relação à motivação do jovem para ingressar no PROJOVEM a maioria menciona ser a oportunidade de conclusão dos estudos e a qualificação profissional. Entretanto, quando perguntamos o que mudariam no programa caso pudessem, a maioria dos jovens menciona que aumentariam o valor da bolsa-auxílio e que pagariam no dia combinado.

Este dado nos leva a pensar que não há somente um fator motivador para a participação da juventude em um programa social e que os jovens buscam um conjunto de reforços onde os componentes básicos são: educação, renda e ocupação⁵⁷.

Não há como negar que a bolsa auxílio é um grande incentivo do PROJOVEM e de qualquer outro programa social. Como visto na introdução e no capítulo um desta dissertação, os dados sobre a população juvenil no Brasil são alarmantes. Situações adversas como violência, desemprego e miséria fazem parte do seu cotidiano. No Rio de Janeiro não é diferente. Diante disto, a revelação da importância da bolsa-auxílio, mesmo que de forma velada, não desperta nenhuma surpresa.

Para além da ajuda financeira, outros fatores aparecem como motivação que leva o jovem a se inscrever em um programa social. A preocupação com o futuro, a busca de conhecimentos e de uma oportunidade no mercado de trabalho são pontos de destaque nas falas dos jovens entrevistados.

Os desejos de seguir uma carreira ou comprar uma casa são traduzidos como sonhos pelos jovens, mas são também expectativas. Ao fazer um movimento em busca de mudanças das contingências de sua realidade o jovem está indo em busca da realização de seus sonhos. Um exemplo das expectativas que levaram à inserção no PROJOVEM é descrito na fala a seguir:

Quero terminar meu primeiro grau, ter meu curso de informática, começar a trabalhar, fazer o meu segundo grau para eu poder batalhar pela minha faculdade que é de direito (Moça, 20 anos, solteira, sem filhos. Mora com os pais em uma comunidade no subúrbio. Atualmente trabalha como vendedora autônoma).

Analisamos as expectativas dos jovens conforme o conceito descrito por Rotter. Para este autor a expectativa “é definida como a probabilidade imaginada pelo indivíduo de que determinado reforço ocorrerá em função de um comportamento específico de sua parte, [...]” (ROTTER, 1980, p. 72).

No caso dos jovens entrevistados, ao ingressar no PROJOVEM eles acreditaram que estariam no caminho para realizarem seus objetivos de vida. O reforço neste caso seria as

⁵⁷ O que Moisés (1993) chamou de tripé da participação política conforme análise de Krishke (2005). (MOISÉS, In KRISHKE, 2005, p.328)

vantagens oferecidas pelo Programa (conclusão do ensino fundamental, aulas de informática, aulas de inglês, qualificação profissional e o auxílio em dinheiro) que, ao serem cumpridas, o elevariam a outro patamar. Ao entrar no programa os jovens acreditaram que cumprindo a sua parte (frequentar às aulas, cumprir cronogramas e tarefas de aula) seriam recompensados e teriam suas expectativas atendidas.

Participação: protagonismo traduzido em ação

Numa outra visão, este desejo de mudanças que leva o jovem a buscar novas oportunidades pode ser traduzido pelo que Arendt (2001) chama de um “novo começo” ou “natalidade”. A natalidade é também “ação”. A ação, diz Arendt, é exercida pelos homens e é a capacidade de reger o próprio destino e exercer a sua singularidade. A ação é básica porque leva a liberação do jugo dos outros. É provocadora do campo da política. A ação é criação, é pôr em movimento, começo, meio e fim para alcançar um campo político. A ação escapa do determinismo, pois é sempre um começar de novo.

A sociedade acostumou-se a ver os jovens como alguém que ainda não está pronto. As políticas públicas seguem este caminho quando são elaboradas por técnicos que consideram o que é melhor para este segmento.

Quando se parte do princípio de que está se definindo o melhor para as pessoas, acredita-se que estas pessoas não sabem o que é melhor para si, ou quem sabe, que elas não têm conhecimento e discernimento para fazer a melhor escolha. Assim, é desconsiderado o protagonismo, a participação ou ação, que levou a pessoa a escolher ou isto ou aquilo. É como se as pessoas fizessem o que fizessem por acaso, ou apenas por não ter outra opção.

Partindo deste princípio, qualquer metodologia utilizada em programas sociais tende a fracassar na promoção da participação, pois de antemão se pressupõe que as pessoas são incapazes de decidir por si mesmas e, portanto, suas idéias, seus sonhos, suas motivações, não passam de constatações primárias as quais não se deve dar ouvidos.

As atitudes e pedagogias fatalistas não estimulam a participação. Na visão determinista não há lugar para mudanças. As ações neste sentido visam apenas a redução de danos e, conseqüentemente, as pessoas que as traduzem e executam, na maioria das vezes, não acreditam em mudanças.

Para haver participação de fato, seja em políticas públicas, seja na sociedade, é preciso manter a mente aberta e estar disposto a ouvir idéias, sonhos e anseios de pessoas sem de antemão desqualificá-las, acreditando que seu destino já está traçado. Como diz Paulo Freire (1996), “Na medida mesma em que a desproblematização do tempo, de que resulta que o amanhã ora é a perpetuação do hoje, ora é algo que será porque está dito que será, não há lugar para a escolha, mas para a acomodação bem comportada ao que está aí ou ao que virá” (FREIRE, 1996, p. 114).

Lucia Rabello de Castro assume em seu livro *Crianças e Jovens na Construção da Cultura*, uma nova concepção psicológica do desenvolvimento humano. A autora define a posição desenvolvimentista como “imatura”, pois vê as crianças e jovens como incapazes, como um “vir-a ser”. Destaca narrativas fílmicas que mostram crianças e adolescentes como protagonistas de suas vidas e, muitas vezes, de suas famílias. Neste sentido, tanto crianças, jovens e adultos, são dependentes um do outro. Podemos pensar que esta dependência se estende também a outras esferas para além da sobrevivência e pode gerar novos aprendizados em qualquer faixa etária. As trocas favorecidas com os diálogos podem elevar o nível de conhecimento e de satisfação em qualquer esfera. Seja nas instituições, seja no espaço privado ou público, há sempre algo a ser apreendido. A reciprocidade pode elevar a confiança que reforça na busca de mais e mais conhecimento, ou seja, de mais e mais participação. Segundo análise da autora:

Uma cultura onde todos os sujeitos, inclusive crianças e jovens, possam ser reconhecidos, envolve ação politicamente sensível dos sujeitos na sua pluralidade e diferença. Tal ação é essencialmente emancipatória, ou seja, não há como sujeito e grupo de sujeitos “se preparar” para a ação politicamente sensível, porque a melhor preparação é a própria ação. Assim, crianças e jovens não se tornam capazes politicamente, eventualmente, num futuro que há de vir, mas se capacitam no hoje, pela sua ação e participação no mundo. “É deste modo que poderão construir um mundo onde se vejam mais incluídos, como também uma cultura que lhes é comum” (CASTRO, idem, p.43-4).

Esta, no entanto, não é a visão adotada pelo PROJOVEM. Como diz o secretário Beto Cury⁵⁸ o governo almeja resgatar a esperança dos jovens para assim superarem os desafios assumindo assim o controle dos seus destinos, e ainda pretende que: “Ao final do programa, [...] estejam antenados com o próprio futuro, que se tornem senhores de seus passos, militantes do interesse público”.

A fala do secretário demonstra que o jovem ao entrar no PROJOVEM é visto como alguém sem esperança nem controle do seu destino. Alguém que não está antenado com o seu futuro e nem tampouco é senhor dos seus passos, ou seja, este jovem “ainda não é” e pode ser um “vir-a-ser”.

Esta posição desconsidera as escolhas feitas pelos jovens e suas ações. Foi através da esperança que depositam no futuro e da superação de desafios das adversidades ao qual estão expostos que os jovens chegaram ao PROJOVEM. A maioria destes jovens mostra-se “senhores de seus passos” ao assumirem desde cedo uma família. Também desde cedo, estes mesmos jovens, assumem carga horária de trabalho de mais de doze horas diárias em condições que muitos adultos “senhores de seus destinos” não suportariam. A realidade dos jovens demonstra que se chegaram ao PROJOVEM é porque são “protagonistas de suas vidas”. E ainda, se escolheram entrar para o programa é porque vislumbram novas oportunidades e não perderam a “esperança” de crescer.

Talvez esta concepção de juventude reforce ainda mais as ações voltadas para este público. Neste sentido, nos chamou atenção a forma que o jovem carioca tomou conhecimento do PROJOVEM. Dos doze jovens entrevistados somente um procurou um centro de cidadania do município em busca de oportunidades. Onze jovens que participaram desta pesquisa ficaram sabendo do programa através do rádio e da televisão.

A maneira como a maioria dos jovens tomou conhecimento do PROJOVEM mostra que estão plugados aos meios de comunicação de massa, que estão em busca de oportunidades e que não estão acomodados com sua situação.

Por outro lado, nos leva a pensar que os centros de cidadania não exercem um atrativo à busca de oportunidades. Por que a maioria não ficou sabendo do PROJOVEM através destes centros? Parece não ser um hábito desta população procurar oportunidades nestes locais. Neste sentido fica a pergunta: Por que os jovens, os maiores interessados em

⁵⁸ Trecho de artigo já citado nesta dissertação.

políticas sociais para a juventude, não se dirigem aos centros de cidadania quando estão em busca de oportunidades? Nos parece que a busca por oportunidades nos centros configura uma forma de abertura deste espaço à participação da juventude e ainda uma oportunidade para se conhecer suas demandas.

Neste estudo não temos respostas para esta questão. Ainda assim, entendemos que é pertinente para o sucesso de uma ação política saber como os jovens tomaram conhecimento dela ou porque não procuram os espaços onde são oferecidas estas ações. Além disso, os espaços se destinam aos cidadãos como sugere o nome. Talvez os centros de cidadania e juventude não ofereçam em seus programas o que esta população está buscando. Talvez, a escassez de oportunidades oferecidas levou os jovens a desistir destes espaços. Talvez, desconheçam a existência destes espaços.

Esta é uma questão interessante para ser aprofundada em estudos que pretendam abordar o acesso dos jovens cariocas às políticas públicas do município.

Trabalho como direito e condição à cidadania

As respostas obtidas da percepção do jovem sobre “O que é direito?” aparecem ligadas aos direitos sociais e aos direitos civis. Entre as respostas dos participantes sobre o que é direito destacamos as seguintes: “é ter uma vida melhor”; “é ter direito ao que se quer”; “é poder se expressar”; “está ligado à educação”; “é poder votar e cobrar dos políticos”. Mais adiante, analisamos estas respostas, mas vale desde já destacar a visão positiva que a palavra direito desperta nos jovens.

Entendemos que trabalhar é um direito de cada cidadão. Faz parte da vida assumir responsabilidades e querer usufruir os benefícios que o mundo pode oferecer. Neste sentido, a qualificação profissional oferecida pelo PROJOVEM pode se apresentar como um subsídio para alcançar este direito. Visando conhecer as expectativas dos jovens sobre este tema, perguntamos o que pensavam da qualificação profissional.

A maioria dos jovens entrevistados têm uma visão negativa em relação a qualificação profissional oferecida pelo Programa. Os jovens disseram não saber o que fazer com o que aprenderam ou não ter intenção de trabalhar com a profissão para o qual estão sendo qualificados. Disseram ainda não ver na qualificação profissional uma

oportunidade de inclusão no mercado de trabalho; que não esperam nada desta qualificação. Três dos jovens que vêem a qualificação profissional de forma positiva disseram que esperam ter um futuro brilhante com o que aprenderam e que pretendem se utilizar deste aprendizado.

O trabalho é um tema recorrente entre os jovens entrevistados. Arrumar um emprego com carteira assinada e ter um salário com o qual possam contar e que possa melhorar sua condição de vida aparece como sonho e expectativa de todos os jovens entrevistados e fator de motivação que os levou a ingressar no PROJOVEM.

A demanda dos jovens ao emprego os levou a acreditar que a qualificação profissional oferecida pelo PROJOVEM abriria as portas do mercado formal de trabalho.

A qualificação profissional compreende um dos três eixos do Programa e se articula com os outros dois eixos formativos que são o ensino fundamental e a ação comunitária. A carga horária de qualificação profissional compreende 150 horas para iniciação ao mundo do trabalho e formação técnica geral e 200 horas de formação específica no arco ocupacional escolhido perfazendo assim um total de 350 horas.

De acordo com o material didático do Programa, cabe aos municípios a escolha dos arcos. A escolha deve basear-se em estudos e análises do desenvolvimento sócio-econômico de cada município. Agregado as atividades relativas a qualificação profissional é desenvolvida um plano de orientação profissional. A idéia é que o aluno visualize um melhor aproveitamento do aprendizado e estude possibilidades de exercê-lo na prática.

Vale lembrar que o plano de orientação profissional não foi mencionado em nenhum momento desta pesquisa, tanto pelos alunos, quanto pelos coordenadores e técnicos. Isto nos leva a pensar que talvez não tenha sido desenvolvido no Rio de Janeiro.

O trabalho ainda é a grande expectativa para mudar de vida. Com o mercado cada vez mais competitivo é sabido, pelos jovens, que a especialização é necessária à luta pelo processo desigual de colocação no mercado de trabalho àqueles que conseguem especializar-se.

No entanto, o trabalho não é visto pelos jovens como na definição de Arendt (2001), como uma ação que produz gestos, atitudes e necessidades de estar com o outro. O *trabalho* produz a necessidade de diálogo que não permite ao ser humano perder sua singularidade.

Segundo Arendt, o *trabalho* tem a ver com o poder que o homem tem de deixar algo de durável, o que deve ser preservado para os que vão vir.

O trabalho referido pelos jovens, participantes desta pesquisa, se encaixa mais no que Arendt denomina *labor*. A definição de *labor* é de que é o trabalho, mas aquele que a condição humana carrega, ou seja, aquele que deve lidar com as necessidades biológicas dos homens, que tem que dar conta da vida. É a manutenção vital do homem que aqui é o *animal laboriuns*. O labor é consumo, é necessidade.

A emergência por suprir as necessidades básicas leva a maioria dos jovens pobres a aceitar o que aparece e assim cair no regime arbitrário na qual a violação das normas legais de trabalho é uma constante. Com a escassez de empregos, não há espaço para se pensar no *trabalho* como uma atividade cultural e prazerosa, assim, vimos surgir uma emergência do *labor*.

A qualificação profissional poderia apresentar-se como uma alternativa ao subemprego. No entanto, os jovens avaliam a qualificação profissional oferecida pelo programa como incompleta. Segundo suas percepções, a qualificação profissional deveria estar ligada a empresas que oferecessem estágio com possibilidade de efetivação. Para os jovens, participar do mercado de trabalho é ainda o grande desafio.

Além deste ponto, na percepção de alguns jovens, as profissões não contemplam seus objetivos. Talvez este descontentamento seja pelo fato de que eles não escolheram as profissões. Não houve espaço para uma escolha, as profissões foram escolhidas pelos técnicos do programa que resolveram o que era melhor para os jovens de cada estação onde o PROJOVEM atua.

Neste sentido não houve um espaço para a participação ativa do jovem. Como promover a consciência participativa sem abrir canais de comunicação? Lembramos que a participação cidadã sendo “um direito e um componente essencial no exercício da cidadania ativa” não pode ser ensinada. Neste sentido, é necessário abrir espaço dentro dos Programas sociais para a escuta do jovem, pois assim estaremos no caminho de promover “ações coletivas de promoção da cidadania” e formas “legítimas de participação da população na esfera pública e política”.

Não ter suas expectativas atendidas pode se tornar um fator de desestímulo para que o jovem freqüente o programa que pode levar, inclusive, ao abandono. Segundo Rotter, se

de alguma maneira a pessoa acreditar que não obterá sucesso ou, de outra forma, que não terá suas expectativas atendidas é provável que desista.

As escolhas dos arcos ocupacionais, segundo os técnicos do programa, se basearam no contexto de realidade em que os jovens estão inseridos. Desta forma, para jovem morador do bairro de Paciência, no subúrbio da cidade, não é possível cursar a qualificação em hotelaria, pois lá só foi oferecida a qualificação em construção civil. Para os técnicos do programa no Rio, o jovem que está em Paciência não tem acesso ao setor de hotelaria tanto quanto os jovens moradores da zona sul da cidade não tem acesso à qualificação em construção civil. Neste sentido, foram escolhidas as profissões de acordo com o entorno do qual o jovem está inserido.

Por outro lado, os coordenadores alegam que é permitido ao jovem que frequente outra estação que esteja oferecendo a qualificação profissional desejada por ele. Mas, para os jovens, tanto os moradores do subúrbio, quanto os moradores da cidade, o deslocamento, quer seja por questões financeiras ou pela distância se torna inviável.

Na percepção de alguns jovens o trabalho reconhecido socialmente tem que ser construído com ensino aprendizagem e esforço. Neste sentido, os jovens valorizam a qualificação que está lhes dando a oportunidade de exercer algo para o qual estudaram.

Vale lembrar que nenhuma das funções exercidas pelos jovens participantes, antes de ingressarem no PROJOVEM, exigiam de antemão uma qualificação profissional e que, na percepção deles tais funções não são vistas como uma profissão. Segundo a percepção de uma das jovens, a profissão para a qual está se qualificando exige dela “inteligência e muita paciência” e nesse sentido, as funções exercidas anteriormente não são valorizadas já que não exigiu, segundo pensa, nenhum esforço de aprendizado.

Eu espero conseguir melhorar de vida. Poder ajudar alguém a conseguir trabalho, que você possa dizer assim: esse trabalho xis é assim e assim e tal. Conseguir mesmo, com aquele esforço, que você sabe que se esforçou, batalhou pra conseguir aquilo ali e não uma coisa de chegar, botar na tua mão para você fazer. Certo? Aprendeu. Tem que suar, tem que ralar bastante pra poder dizer assim: esse aqui sim, esse foi um trabalho bem sucedido (Moça, 20 anos, solteira, sem filhos. Mora com os pais em uma comunidade no subúrbio. Atualmente trabalha como vendedora autônoma).

A necessidade de uma ocupação, a falta de alternativas e de qualificação profissional, levam o jovem a aceitar o que aparece. Essa inserção instável no mundo do trabalho é analisada por Castel em *Metamorfozes da Questão Social*. Para o autor, as pessoas que estão vulneráveis no mundo do trabalho são *desfiliadas*, são *supérfluas*. Elas pertencem ao conjunto da sociedade, mas que tem uma unidade muito problemática, porque essa sociedade comporta pessoas com níveis diferentes, inclusive dentro de um único grupo. Tanto as pessoas de meia idade, que trabalharam a vida inteira e agora não conseguem emprego, quanto os jovens que estão tentando entrar no mercado de trabalho e nem qualificação tem. Estas pessoas têm objetivos e expectativas diferentes e não têm um sentido de unidade para lutar por um objetivo comum (CASTEL, 1998).

Apesar de três dos jovens participantes perceberam a qualificação profissional oferecida pelo PROJOVEM de forma positiva, a maioria não sabe o que fazer com esse aprendizado e nem tampouco tem expectativas de vir transformar em uma profissão.

Talvez a falta de expectativa seja um reflexo da forma que se deu à escolha dos arcos pelos coordenadores do projeto no Rio de Janeiro. Não houve efetivamente a participação do jovem na escolha da profissão. As profissões foram oferecidas de acordo com o que os coordenadores pensaram ser mais viável para cada região da cidade. Um exemplo disso se deu em uma das Estações localizadas no subúrbio onde foi oferecido apenas o arco de “construção civil”. Segundo os coordenadores a escolha deu-se pelo fato desses jovens morarem muito longe do centro urbano o que dificultaria seu acesso ao mercado de trabalho ligado às outras profissões.

Por outro lado, a qualificação profissional conforme é proposta pelo programa não visa à capacitação. É vista apenas como uma iniciação a uma profissão sem o compromisso de colocação do jovem no mercado de trabalho. Mas, para os jovens que ingressaram no programa a qualificação profissional representava muito mais. Alguns chegaram a acreditar, mesmo sem ter sido dito por nenhum técnico do programa, que após terminarem o curso conseguiriam uma colocação no mercado de trabalho.

Vale lembrar que o trabalho é um direito de todos os cidadãos, mas não um direito inerente à condição de cidadão, e sim um direito a ser conquistado. Neste sentido devemos atentar para o fato de que o sistema não oferece condições de desenvolvimento para todos. Para alguns, como é o caso dos jovens entrevistados nesta pesquisa, que já nascem em

situação de desigualdade, a situação tende a se agravar e sua inserção fica cada vez mais distante.

No Rio de Janeiro a educação ainda é um direito que precisa ser conquistado. Em 2000 o IPEA registrava que 30% dos jovens entre 18 a 24 anos não completou o ensino fundamental.

A educação precária dificulta o acesso à informação e recursos cada vez mais exigidos pelo mercado atual. Para o jovem que está tentando entrar no mercado de trabalho e que não concluiu o ensino fundamental resta aceitar o que aparece. Falar um idioma estrangeiro, ter conhecimento básico de informática, ter uma boa aparência⁵⁹, são requisitos exigidos para cargos como vendedor ou recepcionista. O trabalho, além de uma necessidade, é um direito a ser conquistado.

Diante do reconhecimento de que os jovens são atores e portadores de novas identidades coletivas, cabe desenvolver e implementar novos paradigmas sobre o trabalho de jovens: não se trata mais de trabalho como atenuante da pobreza ou alternativa a marginalidade e à exclusão. “Trata-se do trabalho como um direito e um componente essencial da formação do jovem, como indivíduo e cidadão” (LEITE, 2003, p.157).

A participação dos jovens nas comunidades

O Projeto de Ação Comunitária (PLA), foi elaborado como uma forma de promover a participação e o protagonismo juvenil. Em termos da base curricular do PROJOVEM, o PLA se apresenta como um diferencial para outros projetos desenvolvidos pelo governo. A idéia é desenvolver no jovem o sentido da participação em sua comunidade.

A proposta da ação comunitária é de que os alunos realizem em grupo um “exercício prático de cidadania” para, desta forma, “conhecer melhor a realidade social da comunidade em que vivem; reconhecer seus direitos sociais; vivenciar atitudes cooperativas e solidárias voltadas à melhoria da qualidade de vida”. O Plano de Ação Comunitária é

⁵⁹ Neste caso, não se refere apenas a estar bem vestido. Atualmente estar acima do peso também pode ser um fator de desvantagem.

elaborado após o diagnóstico dos principais problemas encontrados na comunidade. Após diagnosticar e elaborar um plano de ação os jovens partem para a execução do mesmo. Por último são avaliadas as ações⁶⁰.

Segundo os coordenadores do PROJOVEM, através do PLA, o jovem passaria a olhar sua comunidade com um olhar participativo observando assim o que poderia e como poderia fazer para resolver os problemas que percebe.

Mas, muitos jovens não conseguiram captar o sentido de participação desenvolvido no PLA. Talvez a forma com que foi desenvolvido o projeto não tenha conseguido alcançar o objetivo ou talvez seja preciso um tempo para que a idéia seja introjetada.

A maioria dos participantes relacionou a ação comunitária a uma ajuda à comunidade e não, necessariamente, se viam como membros dessa comunidade ou participando dela, mas sim como alguém de fora que sabe o que é melhor para aquele lugar e pode dar uma ajuda. Essa visão é retratada na fala a seguir:

O PLA é para gente se reunir e conversar sobre uma idéia, para gente colocar nesse plano de ação, para a gente poder, pelo menos, chegar até uma sede da comunidade e falar que tem coisas que estão faltando na comunidade e que nós estamos dispostos a fazer umas palestras e ajudar as pessoas da comunidade nesses termos que os próprios alunos que são da comunidade estão levando para a gente (Rapaz, 22 anos, solteiro, sem filhos. Mora com os pais no centro. Não mora em comunidade. Trabalha atualmente. Não revelou a ocupação).

Alguns jovens não conseguiram perceber o PLA como um plano de ação onde sua participação é que faria a diferença. Para estes jovens seria mais uma disciplina do programa e que não foi bem explicada ou ainda uma não-participação. Talvez acostumados ao fato de outras pessoas pensarem e decidirem o que é melhor para a comunidade e para eles, não perceberam no PLA uma estratégia de incentivo à participação. Um exemplo dessa percepção é trazido na fala de uma das jovens quando diz:

Que é o PLA né? Que seria o PLA? É uma coisa que a gente tava até querendo ver isso com a professora. Por quê? Só tem uma vez por semana a aula e isso... Até agora eu posso falar que não aprendi nada! Pra mim o PLA não tá sendo nada

⁶⁰ Conforme exposto no site do Programa.

porque eles não deram...eu não tô entendendo nada, do PLA nada porque a professora chega na sala de aula, pega passa aquela matéria e diz: “Vocês vão ter que fazer uma pesquisa dentro da comunidade” ou então: “Vai ter que ir na associação pra buscar um recurso, para pode a gente tá botando pra frente o projeto” mas só que não chega a falar o PLA é isso, o PLA é aquilo, uma coisa específica. Não tem especificação praquilo (Moça, 20 anos, casada, sem filhos. Mora com o marido em uma comunidade no subúrbio. Atualmente não trabalha fora).

Outro exemplo da falta de exercício participativo em nossa sociedade está na percepção de que nada adianta, pois nada vai mudar. Os motivos podem ser uma descrença no sistema social e nos políticos, ou ainda uma baixa-estima gerada pela sensação de impotência diante das adversidades impostas pela realidade e, nesse caso, por experiências de fracasso e desilusão anteriores, o jovem prefere não se envolver.

Ah eu odeio. Porque até agora eu não consegui entender o quê que é isso. Sei que é pra visitar a comunidade porque tem problema pra resolver, mas eu acho que isso é perda de tempo, fala um dia e no dia seguinte todo mundo esqueceu. Eu to sem vontade nenhuma de fazer. Já conversamos muito sobre as comunidades que a gente pode fazer, mas não planejamos ainda isso. “Já faz um tempo que eu não tenho aula disso” (Moça, 24 anos, casada, mãe de 4 filhos com idades entre 1 a seis anos. Mora com o marido em uma comunidade no subúrbio. Não trabalha fora).

Essa postura é muito comum em nossa sociedade. Descrente do sistema político vigente e das instituições e partidos políticos, as pessoas costumam se isentar do seu direito à participação. Por outro lado, não há informação necessária nem tampouco estímulo para que se mude este comportamento. As escolas deveriam funcionar como espaços de construção da participação, no entanto, nem sempre é o que acontece.

Os jovens participantes nesta pesquisa residem em favelas onde se concentra a população mais pobre da cidade. No Rio de Janeiro, em 2004, 0,5 milhão de pessoas vivia em situação de extrema pobreza, ou seja 4% da população vivia com uma renda inferior a 65 reais. Em termos de evolução da pobreza, se verifica que esta cresceu em 25/2% entre

1995 e 2004 (PNAD). As favelas apresentam muitos problemas como dificuldade de acesso e falta de segurança além de falta de infra-estrutura básica como saneamento.

Um dos problemas das comunidades em que moram os jovens participantes da pesquisa, e talvez um problema de todas as comunidades, é o acúmulo de lixo nos córregos, nos valões e nas encostas dos morros. Esse problema é recorrente e, por ocasião das chuvas, ameaça a maioria dos moradores. Nesse sentido, alguns núcleos pensaram em desenvolver uma ação comunitária de conscientização da população para o problema.

A gente tá tentando conscientizar as pessoas a não jogarem lixo que pode vir rato e doenças graves. E a gente tá pesquisando essas doenças também. Então tá sendo bem legal (Moça, 26 anos, casada, mãe de um filho de 4 anos. Mora com o marido em uma comunidade na zonal sul. Atualmente não trabalha fora).

Apesar da conscientização é sabido que o problema do lixo nas comunidades vai muito além disso. Há pessoas que moram em encostas íngremes de morros. Nesses lugares não há como queimar o lixo. E ainda, se o lixo fosse retirado em sacos plásticos para ser depositado na subida do morro - o que convenhamos seria difícil – não existe coleta de lixo em comunidades, pelo menos, não no subúrbio.

A participação cidadã não pode ser ensinada, mas pode ser estimulada. Entendemos que esse é um exercício novo em nossa sociedade e não devemos esperar respostas imediatas. Apesar da visão da maioria dos alunos do PROJOVEM, o PLA pode ser um começo para a reflexão como demonstra a fala a seguir:

Tudo que eu puder participar eu participo. [...] Às vezes tem uma ação comunitária para resgatar alunos que não vão a escola porque sumiram, eu participo também. Sempre estou participando. Eu participo através do PROJOVEM, da ação comunitária (Moça, 24 anos, casada, mãe de 4 filhos com idades entre 1 e 6 anos. Mora com o marido em uma comunidade no subúrbio. Não trabalha fora atualmente).

Participação: o PROJOVEM que os jovens desejam

Entre as perguntas elaboradas para o roteiro de entrevistas perguntamos para os jovens o que mudariam no PROJOVEM caso pudessem. Ao formularmos a pergunta pensamos em obter a percepção do jovem em relação aos direitos sociais, ou seja, se o PROJOVEM é visto por eles como um direito ou não.

As primeiras respostas obtidas com a pergunta incluem os elogios ao programa como uma oportunidade única para eles. Alguns jovens chegam a esboçar a surpresa em existir um programa que paga para eles estudarem como vimos na fala que segue:

Onde é que você já viu alguém que receba pra estudar, faça 1 ano da 4ª a 8ª série e depois de um ano você tá falando inglês fluentemente, você tendo informática? Nós ainda não temos, mas vai chegar o momento certo que a gente vai ter nossas aulas de informática. Então o projeto não existe. (Moça, 20 anos, solteira, sem filhos. Mora com os pais em uma comunidade no subúrbio. Atualmente trabalha como vendedora autônoma).

Neste sentido, o PROJOVEM é visto como um favor, uma ajuda que cabe a eles aceitar sem reclamar.

Por outro lado, após estas considerações iniciais os jovens permitem-se esboçar opiniões e sugestões para mudanças. Um ponto citado por todos foi o pagamento da bolsa-auxílio. Quase todos os entrevistados mencionaram os atrasos e disseram que pagariam em dia e alguns deles aumentariam o valor para que todos os jovens pudessem de fato estudar sem se preocupar com a sobrevivência. Este dado é importante para se pensar na diversidade de jovens e juventudes que temos. Para a população de jovens que frequenta o programa a sobrevivência é ainda um direito que deve ser conquistado a cada dia. Sobre a pluralidade que se almeja alcançar com as políticas públicas de juventude Sposito (2003) diz o seguinte:

Se assumirmos que a condição juvenil recobre uma pluralidade de situações e de sujeitos, que vivem a fase da vida percorrendo trajetórias diferentes, reconhecemos que as políticas de juventude percorrerão necessariamente caminhos diversificados. Poderão ser de inclusão, afirmativas de identidades e de forma de expressão voltadas para o presente, ou de integração na vida adulta, mas o que as

unifica deve ser a sua inserção no campo de lutas pelos direitos e de construção de democracia. (SPOSITO, 2003, p. 73).

O maior fator de decepção e de sugestão para mudanças trazido pelos jovens foi o fato de, até a data das entrevistas, eles ainda não terem tido as aulas de informática prometidas pelo projeto.

Como sugestão para a continuação do PROJOVEM os jovens sugeriram que os estudos se estendessem para mais um ano até a conclusão do Ensino Médio. Neste ponto os entrevistados falam do programa como um direito remetendo ao direitos sociais como educação:

Não é só eu que quero, a gente tem que também dar. Fora do PROJOVEM eu acho que direito é uma condição de vida melhor. Todo mundo quer e eu acho isso é direito de todo mundo. Trabalhar, ter um salário digno, decente sem precisar, não desmerecendo, sem precisar fazer prostituição. Sem precisar catar lixo na rua ou botar criança pra trabalhar na esquina que isso eu não concordo (Moça, 19 anos, solteira, mãe de 3 filhos com idades entre 1 a 4 anos. Mora com os pais em uma comunidade no subúrbio. Não trabalha fora atualmente).

5.3 A visão dos coordenadores pedagógicos

A visão dos coordenadores sobre o PROJOVEM é positiva quanto à metodologia e a didática, mas negativa em relação à forma que está sendo implantado no Rio de Janeiro. A maioria elogiou a metodologia adotada pelo Programa que, segundo pensam, é inovadora. Além da linguagem didática das apostilas respeitar a realidade na qual o jovem vive, eles elogiam os novos conceitos como cidadania e participação que são propostos no programa.

Para a maioria dos coordenadores, o PROJOVEM ao oferecer a oportunidade de conclusão do Ensino Fundamental aos jovens que, pelas mais variadas razões abandonaram a escola, está abrindo novamente as portas das instituições de ensino para eles. Mas esta abertura, segundo pensam, só se efetiva porque a proposta é diferenciada, pois se fosse uma oferta de ensino formal acreditam que os jovens não aceitariam.

Dentro das dificuldades encontradas no programa, os coordenadores mencionam a distância de algumas Estações da Juventude. Nestas Estações localizadas no subúrbio, os jovens atendidos têm um perfil diferenciado dos jovens que residem na cidade e isto pode representar uma maior dificuldade para os coordenadores e professores. Ao comparar os jovens de uma comunidade próxima ao centro da cidade, com os jovens do subúrbio um dos coordenadores destaca as diferenças em termos de atitudes perante a vida. Segundo sua fala:

Eu trabalhava com os jovens no [...] zona norte. Naquela comunidade eles tinham muita vontade de aprender. Não sei se estão mais perto do Centro. Os jovens daqui têm atitudes e comportamentos que eu não via lá, por exemplo, eles são mais unidos, são mais juntos. Os jovens de lá tem mais facilidade de acesso a outras informações do que aqui. Aqui é tudo muito distante, tudo muito longe. É o transporte, são outros problemas que lá não tem. E isso atrapalha.

Neste sentido, Novaes (2003) diz que participar ou ter participado de um projeto social pode ser mais um indicador de diferenciação entre os jovens. Conforme as palavras da autora: “Hoje, sobretudo nas grandes cidades, faz diferença ser ou não ser ‘um jovem ou uma jovem de um projeto’” (NOVAES 2003, p. 23).

A autora analisa que os projetos passam a fazer parte do vocabulário de jovens das comunidades pobres ainda que não diferencie uma iniciativa estatal, um projeto de pesquisa, para eles são projetos sociais. Os jovens em cuja comunidade são oferecidos projetos sociais acabam por adquirir um arcabouço de estratégias para lidar com sua realidade. Através dos projetos o jovem aprende a definição de comunidade e favela, por exemplo, e de acordo com suas necessidades utilizará uma ou outra palavra para definir o local de moradia. Mas, apesar disso, segundo a autora, os projetos “criam” uma diferenciação entre os jovens em diferentes “áreas carentes” da cidade o que os torna “cada vez mais invisíveis”.

A bolsa-auxílio oferecida pelo programa, também é avaliada pelos coordenadores, mas as opiniões são divididas, alguns pensam que é uma vantagem e outros vêem como um problema. Nesta visão de problema, eles mencionam o fato do jovem parar de frequentar as aulas caso a bolsa atrase ou ainda se ela não for paga. Esta análise marca as diferenças entre o que os jovens e os coordenadores pensam da bolsa-auxílio. Para os jovens este recurso

oferecido pelo PROJOVEM é uma vantagem, motivação e incentivo para que eles possam participar do Programa.

Apesar de considerarem o PROJOVEM um programa com uma proposta inovadora, os coordenadores não vêem como uma alternativa para uma mudança na realidade do jovem. Alguns deles, entendem que é difícil lidar com a demanda e com as expectativas trazidas pelos jovens e, acreditam que nenhum programa pode conceber o “milagre” que eles desejam em suas vidas. Além disso, os técnicos do PROJOVEM compreendem que a dura realidade enfrentada pelos jovens é também um motivo de evasão e quanto a isso nada podem fazer.

Eu não diria que as chances dos jovens que estão no PROJOVEM são mínimas, as chances que o sistema oferece não cobrem as necessidades que eles tem.[...] Como eles não têm qualificação, eles aceitam o trabalho em qualquer hora, em qualquer dia. [...] E assim, toda a nossa história de evasão passa por isso, pela sobrevivência imediata. Ninguém vai deixar de escolher um prato de comida e escolher estar na escola, infelizmente, com fome. [...]. Em fevereiro a gente teve uma frequência mínima e não é porque eram férias e quarenta graus no Rio de Janeiro. Eles estavam trabalhando nos barracões das escolas de samba. A gente tinha uma turma que tinha 17 alunos num barracão.

Mas esta visão da evasão como uma necessidade de sobrevivência não é compartilhada por todos os coordenadores do PROJOVEM. Alguns vêem como um desafio despertar no jovem o desejo do conhecimento, a vontade de sonhar e de ir atrás dos sonhos e acreditam que isto faz parte de uma cultura que desacredita o conhecimento como possibilidade de crescimento. Neste sentido, pensam que a bolsa-auxílio oferecida pelo programa pode ser um empecilho.

Além disso, para alguns coordenadores, parece haver entre os jovens mais pobres, uma cultura de projetos sociais em que o jovem se beneficia do que é possível, mas sem no entanto, acreditar que isto de fato possa mudar as contingências de sua realidade. Por outro lado os jovens, segundo pensam, já não vêem a escolaridade como garantia de empregabilidade. Neste sentido, os projetos passam a ser uma alternativa até que apareça um trabalho que remunere mais que a bolsa-auxílio.

Todo esse imaginário que é construído para que você tenha, talvez, cada vez menos pessoas conhecendo e tendo informação. É o que eu penso. Acho que tem todo um imaginário em torno disso. Estudar pra quê? Esse é um dos principais ainda. Muitos dos alunos, não são poucos, infelizmente, falam para mim: ‘ó, eu tô aqui por causa do dinheiro. Não sei por que eu tô estudando não.’ A realidade é essa.

No entanto, não é fácil para o jovem voltar para a escola. Além de ter responsabilidades como o seu próprio sustento e, em alguns casos, com a família, não sobra muito tempo para se dedicar aos estudos. Além disso, o tempo passado não é recuperado, pois um ano de um curso intensivo, não cobre quatro anos de ensino formal. Em relação à educação, a alternativa do PROJOVEM se confirma no sentido de cobrir um déficit exigido pelo mercado de trabalho, mas é um déficit de um diploma.

Além da defasagem em relação à educação, os jovens enfrentam os estigmas e preconceitos do próprio sistema educacional que tem que aceitá-los de volta às salas de aula.

Alguns coordenadores reclamam da falta de colaboração de algumas escolas quanto ao acesso dos jovens a estes espaços. Um dos pontos enfatizados é que aos jovens não é possível utilizar-se de todo o aparato escolar, mas apenas das salas de aulas e banheiros. Outra dificuldade é encontrar salas para a instalação dos computadores para as aulas de informática. Mesmo que os equipamentos venham a serem deixados nas escolas ao final do programa, até a data das entrevistas ainda não tinham sido instalados. Para alguns coordenadores o atraso das aulas passa pela burocracia do sistema.

[...] o que nos foi dito sempre é que a Secretaria de Educação do Rio recusou o programa e que a Secretaria de Assistência como considerava a proposta muito importante e não quis recusar e assumiu. Só que a Assistência não dispõe de espaço, de infra-estrutura com salas de aula. Os equipamentos da Secretaria de Assistência não são equipamentos apropriados para educação, então foi feita uma parceria com a educação que é capenga porque se ela já havia recusado antes não ia... Em contrapartida a Secretaria de Educação montaria os laboratórios de informática dentro das escolas e aí foi um atrativo. Fizeram essa parceria que se não fosse nosso poder de negociação e que é nosso, não é da coordenação

municipal, é nosso, dessa coordenação e dos professores, da equipe docente, ficaria muito difícil.

Vale lembrar que o PROJOVEM é executado através de uma gestão compartilhada. É uma iniciativa do Governo Federal, mas sua organização conta com um comitê gestor que é coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, e integrado pelo Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Além disso, o comitê conta com o suporte de uma comissão técnica que é composta por representantes da Secretaria-Geral e dos três Ministérios parceiros.

Ainda que a máquina pública seja criada para servir à população o que ainda vimos são estes espaços sendo utilizados como forma de mediação e manutenção de poder. As escolas são administradas pelo município para servir à população, no entanto, muitas vezes elas são utilizadas como se fossem propriedades privadas.

As escolas não abraçaram o programa. Se a gente for ver a história da educação no país a gente vai ver que a escola nunca cumpriu o seu papel social. A escola não trabalha a educação e as questões sociais juntas porque se trabalhasse ela manteria o aluno na escola, no período em que se matriculasse ele só sairia com a conclusão do ensino fundamental ou médio. Porque as escolas elas cedem, mas tem dia que a gente chega e a sala tá fechada. O professor guardou a chave num lugar desconhecido ou sei lá fez o que, o fato é que a porta tá fechada e ninguém entra. Duas salas ficam abertas e mesmo assim de vez em quando a gente chega e tem uma fechada. Nessa escola tem elevador e ele não pode ser usado por alunos do PROJOVEM. Os alunos do PROJOVEM entram pela porta dos fundos, não entram pela porta principal da escola. Os banheiros não podiam ser usados. O PROJOVEM compra o material de limpeza, se você for lá hoje a noite certamente não tem no banheiro. Nessa escola em questão a gente não tinha água e o bebedouro era desligado à noite. Então a gente praticou uma desobediência civil, descobrimos onde ficavam as tomadas e passamos a ligar os bebedouros. Então a parceria é no mínimo absurda. Isso provoca evasão também. O aluno chega e fala para a gente. Na escola Guatemala a gente tem muito aluno no PROJOVEM que estudou lá quando criança e falam: “eu já fui embora daqui porque essa escola não me acolheu e hoje eu não posso ir ao banheiro porque

não tem água?” E não tem água porque o registro foi fechado e não porque está faltando água na escola, na rua, na praça, seja lá onde for.

Para a maioria dos coordenadores, os problemas enfrentados pelo programa são de ordem política. O programa é bom segundo pensam, a metodologia, o material didático, mas não há como “fazer dar certo” se no cotidiano se deparam com tantos entraves. Diante dos problemas, os únicos prejudicados são os jovens que acabam por não serem atendidos em suas expectativas. A Prefeitura, através da Secretaria de Ação Social, recebe a verba para executar o programa. Os técnicos e os coordenadores pedagógicos são pagos com o dinheiro do repasse. A participação da sociedade civil prevista para fazer parte da execução do programa, é feita por ONGs parceiras da Prefeitura que, contratam pessoal ou utilizam seus parceiros para a execução das tarefas. Neste sentido, todos, menos os jovens, saem ganhando.

Os problemas de espaço para os alunos não se dão somente nas escolas. Em uma das ONGs onde os alunos assistiam aulas de qualificação profissional, o espaço era restrito e o material para as aulas também. Alguns coordenadores se sentem receosos de falar do que acontece, assim como os jovens, eles também têm medo de perder o emprego que têm e de não conseguir outro. Os coordenadores também se mostram descrentes no sistema mesmo servindo a ele. Os jovens entrevistados não sabem por que os computadores não chegaram às escolas e recebem de cada coordenador uma justificativa. O problema com as escolas é passado para o jovem como má vontade dos diretores.

Os problemas burocráticos reforçam no jovem a descrença no sistema político e talvez este seja mais um motivo para que não procure os centros de cidadania ou qualquer outro órgão municipal. Talvez, ainda por isso, eles vejam o programa como um favor e não como um direito. Diante disso fica difícil acreditar que o PROJOVEM estimule a consciência cidadã, o protagonismo e a participação. Esta descrença é passada através da fala de um dos coordenadores pedagógicos:

Olha eu considero o programa uma proposta muito boa, embora eu ache que o investimento do nosso dinheiro, do dinheiro público, deve ir para a educação básica na escola regular, na prevenção. Porque se nós tivéssemos uma escola regular, satisfatória, nós não precisávamos de projetos sociais. Vivemos numa

ditadura de projetos sociais. Quer dizer, todo mundo quer, tem uma idéia e no final o investimento na educação é o que a gente conhece minimamente suficiente e a má qualidade, a falta de investimento na educação provoca uma maior gravidade das questões sociais e a gente tem uma imensidão de analfabetos funcionais e de cidadãos que vivem à margem. O fato deles não conhecerem ou de conhecerem e não saberem como ou o que fazer para fazer valer seus direitos, eles são cidadãos. É a promoção mesmo da transformação.”

Mesmo que a educação não seja o maior atrativo para o jovem entrar no PROJOVEM, não deixa de ser um meio para ampliar seus conhecimentos. No entanto, a educação não deve servir como meio de coerção que tenha como objetivo transformar os jovens “em militantes do interesse público”. Os jovens devem ser respeitados, ouvidos e estimulados a buscarem cada vez mais conhecimento. Se virem na educação um meio para o controle e a tutela, provavelmente, fugirão dela. Nas palavras de Arendt:

A educação não pode desempenhar nenhum papel na política, pois na política lidamos com aqueles que já estão educados. Quem quer que queira educar adultos na realidade pretende agir como guardião e impedi-los de atividade política. Como não se pode educar adultos, a palavra ‘educação’ soa mal em política; o que há é um simulacro de educação, enquanto o objetivo real é a coerção sem o uso da força (ARENDDT, 2000, p.225).